

DOSSIÊ TEMÁTICO

ARQUITETURA SILENCIOSA DA VIOLÊNCIA: reflexões sobre os processos de naturalização que retroalimentam violências

Joselia Barroso Queiroz Lima¹

Franciele Ferreira de Souza²

Késia Cristina Nascimento³

Tairine Duarte de Oliveira⁴

Resumo: O artigo visa refletir e documentar parte do processo educacional construído nas unidades curriculares, Psicologia Social e Políticas Educacionais à medida que se debruça sobre a desnaturalização do pensar cotidiano e abre a perspectiva de narrativas que foram silenciadas serem narradas, discutidas, transformadas em ações públicas no interior da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri -UFVJM e fora dela. Visa analisar como na desnaturalização do cotidiano social evidenciamos a Arquitetura Silenciosa da Violência edificada pelo tabu. O artigo resulta do trabalho docente e da trajetória como coordenadora de curso, pesquisadora e responsável pelo trabalho de extensão Rede de Proteção a Mulher: rompendo a violência, o silêncio e a invisibilidade. Nele, foco três trabalhos educacionais, de três acadêmicas mulheres, duas negras, uma branca, que em comum viveram violências sexuais e simbólicas. Elas conseguiram romper com o silêncio e no laboratório promovido pela dor, emergiram formas diferentes de enfrentamento que as levaram à condição de sujeito-de-si. Ao nomeá-lo: *Arquitetura Silenciosa da Violência*, assumo a postura de discorrer sobre como o tabu tem sido o elemento estruturante que mantém silenciada e retroalimentada a naturalização simbólica e ritualista da cultura, que reifica a hierarquia patriarcal internalizada.

Palavras-chave: Socialização; Arquitetura; Tabu; Violência; Enfrentamento.

¹Professora Adjunta da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

joseliabqlima@gmail.com.

²Bacharel em Humanidades/UFVJM- Licenciatura em História/UFVJM. desouzafranciele1@gmail.com

³Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades. kesiancris193@gmail.com

⁴Bacharel em Humanidades/UFBA/ Mestranda em Geografia/UFBA. duartetairine@gmail.com

O que leva a este artigo...

Este artigo nasce da experiência como docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina/Minas Gerais/Brasil, responsável pelas unidades curriculares Psicologia Social e Políticas Educacionais, respectivamente. Nelas, tendo por referência a Constituição Federal de 1988, discutimos os desafios sociais brasileiros à construção democrática. Numa reflexão que dialoga com o senso comum dos que chegam aos cursos, no recorte histórico e na provocação dos cotidianos naturalizados em significações, rituais, modos de pensar e de agir. Problematicamos os processos de socialização que, formais e informalmente, nos constituem como sociedade hierarquizada, racista, sexista, porque fundada no patriarcado - seja ele religioso, filosófico ou científico. No processo educacional formal, objetivando desenvolver o pensamento crítico sobre as relações sociais que promovem cotidianamente a socialização cultural brasileira, partindo sempre dos saberes de senso comum dos estudantes, no período dos cursos, que envolvem 75 horas semestrais, 4 horas semanais, com a utilização de metodologias pedagógicas que possibilitem a participação e o diálogo, via arte - poesia, música, vídeos e filmes, colocamos em debate o naturalizado e tornado senso comum.

O artigo visa refletir e documentar parte do processo educacional que venho construindo nas unidades curriculares, à medida que se debruça sobre a desnaturalização do pensar cotidiano e abre a perspectiva de narrativas que foram silenciadas serem narradas, discutidas, transformadas em ações públicas no interior da UFVJM e fora dela. Visa, ainda, analisar como na desnaturalização do cotidiano social, evidenciamos a *Arquitetura Silenciosa da Violência*⁵

⁵ O título deste artigo resulta do trabalho construído em conjunto com a equipe da Delegacia de Atendimento a Mulher, de Diamantina, MG, Brasil, a saber delegada Kíria Orlandi Silva e as agentes de polícia: Larissa Rosa Felício e Celma Pinheiro Cordeiro. Numa viagem ao Campus Teófilo Otoni, UFVJM, faríamos uma palestra discutindo sobre os 12 anos de comemoração da Lei Maria da Penha, a convite do Observatório de Direitos das Mulheres, coordenado pela professora Claudilene Costa Ramalho. No diálogo com a equipe da DEAM/ Diamantina/ MG, sobre a violência doméstica, e na organização do nosso trabalho junto ao Observatório, o tema título da palestra foi um *insight*, motivando outras ações e reflexões, bem como a ideia deste artigo. Originalmente o resumo deste artigo foi aprovado

Ao discutir o fazer educacional que desenvolvo, seja por meio do ensino, pesquisa ou extensão, quero focar em três trabalhos educacionais, de três acadêmicas mulheres, duas negras, uma branca, que em comum viveram violências sexuais e simbólicas. Elas conseguiram romper com o silêncio e no laboratório promovido pelo autor, emergiram formas diferentes de enfrentamento que as levaram à condição de sujeito-de-si. Como argumenta Galeano (2017)⁶: “Na história, como na natureza, a podridão é o laboratório da vida”. As diferentes formas de violência contra a mulher revelam séculos de relações de poder que nos objetificaram e que, silenciadas e veladas em diferentes discursos, remetem ao passado de aculturação social, promovida por um processo de colonização religiosa, branca, eurocêntrica e patriarcal, fundamentalmente marcado por violências. Ao nomear o artigo de *Arquitetura Silenciosa da Violência*, assumo a postura de discorrer sobre como o tabu tem sido o elemento estruturante da arquitetura que mantém silenciada e retroalimentada a naturalização simbólica e ritualista da cultura, que reifica a hierarquia patriarcal internalizada.

O que antecede o artigo e os fazeres desenvolvidos na UFVJM

No processo de formação acadêmica em Psicologia, sobretudo focando a psicologia educacional e social, os princípios históricos sociais foram e têm sido as bases epistemológicas que sustentam minha trajetória. Sendo mineira, do interior do Vale do Rio Doce e na proximidade com o Vale do Jequitinhonha, nascida em Sabinópolis-MG, uma cidade fortemente rural, fui educada no catolicismo. E, no acesso ainda restrito à educação pública universitária, como filha do interior, nos idos dos anos 1980, acessar a universidade implicava deslocar-se para o centro urbano, a capital. Minha formação e todos os focos das pesquisas que desenvolvi, via mestrado e

para apresentação no Congresso Internacional de Estudos Rurais/CIER 2020, a ser realizado em Valdivia, Chile, novembro de 2020

⁶ No livro: *Dias e Noites de Amor e Guerra*, Galeano abre o mesmo com tal frase, atribuindo-a a Karl Marx, no livro *Espelhos*, discute sobre ela, pois cobrado pelos tradutores e editores, não encontra a referência da mesma nos textos de Marx, e assim, comenta, que mesmo não a encontrando, ela bem poderia ser atribuída a Marx. Portanto, atribuo como autoria a Galeano.

doutorado, voltaram-se para a cultura mineira, para as formas de construção de subjetividades que advieram do catolicismo europeu e da colonização. Nas investigações: *Subjetividade e Religiosidade Católica: um estudo sobre a história de Sabinópolis* - MG (mestrado, 2003), e *Sons do silêncio: a relação entre religião católica e educação escolar - um estudo de caso* (doutorado, 2013) compreendi as marcas societárias patriarcais que atravessam a mineiridade, o racismo, o sexismo, silenciados pelo tabu religioso, mas expressos nos gestos, nas piadas, na cordialidade aprendida como forma de resistência à violência escravagista. Na condição de mulher branca, filha de pai e mãe *trabalhadores*⁷, perceberei ao longo dos processos de pesquisa os comportamentos atribuídos à mulher branca, de classe média, e entenderei, para além de todo o conhecimento acadêmico, como os comportamentos sociais raciais e de gênero me edificaram numa educação moral, de classe, no modelo de mulher ‘honesta’⁸.

Montenegro (2019), reportando ao desrespeito dirigido a atrizes e atores no Brasil, durante o governo Collor, retoma as formas de repúdio dirigido à categoria pela Igreja católica, julgando como ‘herética’, retoma as limitações sociais dirigidas aos artistas pelo poder religioso e traz, em suas memórias, como o ser atriz implicava o enfrentamento da moral social e ainda o enfrentamento do poder policial, e assim escreve:

No Brasil, até o começo dos anos 1950, as atrizes, assim como as prostitutas, para poderem circular à noite, eram obrigadas a portar uma carteirinha expedida pela polícia. Com relação às atrizes, numa visão burguesa ou numa posição antilibertária radicalizada, uma “mulher honesta” realmente teria coragem de exercer essa profissão? Trata-se de um eterno posicionamento persecutório. Latente - mesmo quando se dá certo. (MONTENEGRO, 2019,p.252)

⁷ A condição de mulher trabalhadora doméstica é uma marca cultural, que significada com ‘do lar’ e ‘dona de casa’ oculta as formas de exploração do trabalho não remunerado da mulher. “Não existe nada natural em ser dona de casa, tanto que são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamentos diários, realizados por uma mãe não remunerada, para preparar a mulher para esse papel, para convencê-la de que crianças e marido são o melhor que ela pode esperar da vida”. (FEDERECI, 2019, p.42)

⁸ Ser mulher honesta, um termo para diferenciar tratamentos dirigidos as mulheres apropriadas ao casamento, ao reconhecimento social. Uma forma simbólica de violência hierarquizante que aprendida como valor moral, não é percebido como tal.

Conclui a autora que a perseguição às mulheres atrizes reafirma desrespeitos/violências históricos. O processo de socialização da mulher implicará, cotidianamente, formas de convencimento que a situaram na hierarquia patriarcal. As formas de convencimento serão distintas no caso das mulheres negras e brancas, e ainda se diferenciando conforme as classes sociais e suas condições econômicas. O entendimento dessas diferenciações e nuances vão sendo percebidas ao longo de minha formação, mas, sobretudo, nas diversas atividades profissionais às quais assumi como psicóloga⁹.

No percurso acadêmico, fui desnaturalizando valores e a formação educacional informal, num processo de tornar estranho o familiar, via o entendimento do papel social das representações sociais como sistema simbólico que circula imagens, significações e formas cognitivas de entender o mundo (MOSCOVICI, 2010); mergulhando no senso comum da cultura mineira e escolar, fui percebendo como no dia-a-dia social mantemos significações, comportamentos e valores que remetem aos nossos pecados capitais, a saber, o patriarcado, o patrimonialismo, o latifúndio e a escravidão, conforme nomeia Carvalho (2017)

Após o doutoramento, tendo sido aprovada no concurso público para docente efetiva da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em 2014, em Psicologia Social, a responsabilidade de colocar em debate os processos de socialização que nos marcam como sociedade hierarquizada patriarcal, racista e sexista, tornou-se um desafio, pois sendo filha da cultura religiosa interiorana, sabia da necessidade em nomear o tabu, de modo a romper com o silenciamento e com o seu papel de provocar

⁹ Antes de assumir a condição de professora adjunta da UFVJM, trabalhei junto ao Sistema Único de Saúde (SUS), no Programa Saúde da Família, como psicóloga de uma unidade básica de saúde. Pude trabalhar também no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), seja no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), na unidade básica, seja ainda no Serviço de Proteção Especial. O que difere os serviços entre básicos e proteção especial é que o primeiro visa resguardar os direitos sociais, já o segundo é acionado quando os direitos sociais foram desrespeitados. Os sistemas de saúde e de assistência foram experiências profissionais que me permitiram compreender a função social do Estado, e a importância das políticas públicas pós-Constituição de 1988 e as vivi no retorno a minha cidade natal, entre 2001 e 2014, Sabinópolis/MG. Neles também tive acesso às formas de violências sofridas por mulheres e crianças, identificando as diferenças que elas podem assumir conforme as classes sociais. SAFFIOTI (2004).

medo e retroalimentar processos sociais de subordinação - sejam eles quais fossem. Para além da compreensão conceitual, era necessário provocar as narrativas dos estudantes, uma vez que a relação ensino e aprendizagem traz as marcas da cultura autoritária e silenciadora, pois nossa cultura escolar ainda reafirma a pedagogia bancária (FREIRE, 1998), a opressão e a violência patriarcal.

Como docente da educação pública e de uma universidade nascida no processo de ampliação da universidade pública¹⁰, como forma de inclusão social, ciente dos desafios sociais que implicam a construção democrática, tenho procurado na prática pedagógica trabalhar com a ‘consciência comum’, provocando, por meio de textos, músicas, literatura e saberes cotidianos elementos que possam levar ao entendimento da complexidade histórica que nos envolve. Ao trabalhar com o senso comum, as memórias educacionais que os estudantes trazem, posso levá-los a questionar os processos educacionais - formais e informais, podendo em conjunto, provocar a reflexão crítica de que:

Os problemas sociais – educação, reforma agrária, desigualdade social refletem um passado escravagista, clientelista, no qual a exclusão social das camadas mais pobres são obstáculos, sem dúvida, difíceis, mas não impossíveis de serem superados (FAUSTO, 2011, p. 308). Assim, abordando os conflitos históricos que antecederam a instituição do ‘sistema nacional’ de educação e o jogo político do poder entre a religião católica e o Estado, no cenário nacional e, particularmente, no contexto da realidade escolar e social de Sabinópolis, procuramos dar voz ao que foi e ainda é silenciado, de modo a quebrar as forças invisíveis que sustentam, no cotidiano, práticas naturalizadas. Retomar o contexto do processo de secularização da sociedade brasileira e, em específico, a dificuldade de implantação do sistema educacional brasileiro possibilitou-nos entender a ausência de um consenso social no qual a laicidade seja um princípio e o porquê da manutenção da ‘consciência comum’ (SAVIANI, 2008a, p. 115) que predomina nas atividades educacionais. Temos, pois, no seio da educação escolar, discursos e práticas que, implicitamente, (re)produzem os processos sociais de dominação. (LIMA, 2013, p.226).

No constante trabalho de romper silêncios, leituras diversas têm possibilitado compreender, como já mencionado, que a formação patriarcal hierarquizada de formas e modos diferentes as mulheres brancas e negras. Ler mulheres negras tem permitido entender que, na organização social patriarcal, marcas morais, valores ‘familiares’

¹⁰ A UFVJM resulta do processo de expansão das universidades federais ocorrido em 2007, via REUNI.

silenciam formas de violência simbólicas não percebidas como tais. Na UFVJM, a aproximação com mulheres negras decorreu da prática administrativa e docente, do projeto de extensão em desenvolvimento - Rede de Proteção à Mulher - rompendo a violência, o silêncio e a invisibilidade¹¹, no contato com uma população de mulheres negras, jovens, trabalhadoras ou não, estudantes que chegam pela primeira vez à universidade, superando uma longa trajetória social/familiar em que a educação pública foi um direito negado. De outro lado, tenho sido procurada para orientar trabalhos de pesquisa sobre mulheres, sobre mulheres negras, sobre grupos sociais considerados marginais- o fazer docente, tem mobilizado questionamentos que se traduzem em fazeres novos. De certa forma, no percurso docente na UFVJM, venho reafirmando a dedicatória com a qual início minha tese de doutoramento: *“à memória dos que foram silenciados, àqueles que, resistindo à violência e à segregação, nos dizem que é necessário rever a história, narrar o que foi silenciado, para construir outro porvir. Que os sons aqui retratados possam fazer emergir outras narrativas...”* (LIMA, 2013)

Portanto, nesse artigo, busco sistematizar o que mobiliza meu fazer e meu entendimento do porquê dele. Objetivo trazer as narrativas de três mulheres, estudantes, que resistindo e enfrentando medos, estão em processo de produzir outras narrativas. A elas, por elas e com elas entro na arquitetura da violência, de modo a ultrapassar o silêncio e produzir outras narrativas que digam da necessidade de outro porvir, edificado na dor, mas para superá-la! O porquê do fazer foi demandado na condição da coordenação do curso, as experiências da violência das três mulheres (jovens-estudantes) e a sua escuta, mobilizou meu posicionamento, como pessoa, coordenadora, docente e intelectual. O posicionamento é social, político, profissional, busca ser ético, pois compreendo minha função social como servidora pública, como sujeito histórico inserido num tempo e num contexto em que o ideal civilizatório da democracia ainda não está consolidado. E no contexto atual no qual redijo o artigo (pandemia COVID-19), vivemos um capitalismo que, reafirmando os valores patriarcais, reifica as

¹¹ Desde 2016, componho a coordenação do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU), o maior curso de inclusão da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades. Em 2018, além do BHU, passei a coordenar o Bacharelado em Ciências Humanas - políticas públicas. Na docência, por meio do Projeto PIBEX, desenvolvido desde 2017, enfrentamos a violência à mulher, sobretudo a violência doméstica.

violências silenciadas nos modos de socialização aprendidos e ensinados que nos hierarquizam¹².

A arquitetura da violência, adentrando na função do silêncio, mantido na função do tabu.

O tabu linguístico e comportamental garante em funcionamento as formas de violência que foram silenciadas e que operando no inconsciente social e individual retroalimentam a naturalização das desigualdades, do sexismo e do racismo, reificando o sistema patriarcal, marca de nossa colonização eurocentrada. O comportamento-tabu em torno da violência à mulher, como o racismo, se presentifica no social. Posto que sexismo e racismo são construções sociais. Nos valores morais, no senso-comum, nas proibições reveladas nos ditados populares como ‘em briga de marido e mulher ninguém mete colher’, ‘política e religião não se discute’, nas piadas e nas ‘brincadeiras’ populares, aprendemos a conviver com as diferentes formas assumidas pela violência psicológica, física, patrimonial, moral e sexual.

193

O tabu garante um comportamento social no qual o silenciamento do visto e do vivido tornam-se regra de convivência, aprendida nos grupos sociais, mas sobretudo, o tabu indica um campo 'sacralizado', que impede a discussão, o entendimento do que leva um comportamento a ser adotado ou não. DaMatta (1997) argumenta que a sociedade brasileira funciona operando em 3 grandes categorias sociais: Casa, Rua e Outro Mundo - nossos comportamentos tabus se edificam em valores nomeados como sagrados, daí o porquê de aprendermos a não os nomear ou discuti-los. A análise da relação entre religião católica, produção de subjetividade e história social brasileira, permitiu entender que o comportamento tabu necessita ser colocado em discussão, pois,

¹² O processo de isolamento social tem exposto a mulher à violência doméstica, como também as crianças, o aumento do número de feminicídios no mundo e na América Latina, indicam que a condição da subordinação da mulher ao homem, o patriarcado, é, pois, uma forma estrutural do capitalismo. No isolamento social, houve aumento de 29,2% em São Paulo-SP, Brasil, da violência doméstica, apenas no primeiro mês do isolamento. Para além da Pandemia, reafirma-se a necessidade de políticas públicas de proteção à mulher, às crianças e aos idosos. No Brasil, com a Emenda Constitucional 95 de 2016, houve o congelamento por 20 anos dos recursos destinados à saúde, à assistência e à educação, num ataque criminoso à Constituição Federal de 1988. De 2016 até o presente, temos sido governados pelos interesses neoliberais, que conduzem o país e que se intensificam no governo de Jair Bolsonaro.

Recompondo o processo dos fenômenos culturais, religiosos e subjetivos, fomos nos deparando com os silenciamentos culturais que marcam a história do Brasil e, em particular, de Sabinópolis: a subordinação da cultura negra e do feminino ao modelo branco, católico e europeu; os conflitos de poder que emanados da relação Igreja e Estado, seja no período colonial e imperial, seja na transição para a república; a invisibilidade do racismo, aprendido e justificado por uma concepção de superioridade branca; a dualidade de modos de pensar que imprimem um olhar excludente, moralizante e hierarquizante sobre o diferente, sobre a sexualidade; a naturalização da desigualdade social. Silenciamentos estes que, atrelados ao poder da religião como instituição e como território sagrado, originaram comportamentos tabus. (LIMA, 2013, p. 17)

Assim, ao longo dos cursos, vou problematizando assuntos tabus, nos quais a naturalização da violência deve ser tornada “não familiar”. Tendo por análise as formas de socialização aprendidas, tomo como ponto de partida as relações socializantes, os valores morais, nos quais a obediência, a família e a religião (crença) assumem a função de controle social. Destaco, sobretudo, como aprendemos os papéis sociais que constroem o ser menino e o ser menina. Portanto, no processo reflexivo das disciplinas, colocamos em evidência os elementos culturais - piadas, ditados populares, formas de comportamentos sociais aprendidos - e nesse contexto podemos entender o porquê de sermos uma sociedade edificada sobre o patriarcado religioso, sobre a escravidão negra, no micro espaço das relações cotidianas, em que séculos de violência, mantêm as relações cotidianas e a violência nelas incrustadas, sobretudo, na verticalização das relações de poder, que revelam longos processos de violência sexista e racista.

De outro lado, vou disponibilizando leituras que possam recompor os cenários históricos que foram encobertos - seja pelo discurso religioso e moral, seja pelo discurso científico. Pois, problematizar o vivido, questioná-lo de modo a confrontar o passado com o presente, podendo transformar e projetar outra realidade como possível, é materializar a historicidade do que somos, consolidando um fazer social no qual o sujeito humano e suas múltiplas possibilidades sejam reconhecidos e valorizados. (LIMA, 2013, p. 40).

Nos trechos selecionados para este artigo, escolhi das produções acadêmicas das três discentes os momentos nos quais elas, escrevendo e estudando sobre as violências vividas, identificam as aprendizagens silenciadas no comportamento-tabu e como, via estudo, trabalho e escrita, cada uma delas produziu formas de enfrentamento do silenciado, produzindo narrativas e fazeres que remetem a outras formas de relações afetivas, sexuais, sociais, para outras formas de vivenciar o poder. Optei por não identificar nominalmente as estudantes, elas compõem este artigo, na autoria de suas experiências, pois o que elas narram, outras tantas de nós, mulheres, vivenciamos 'sem saber'. Elas encaram o vivido, nomeando-o, no desafio de compreender o que precisamos transformar, se queremos dar novas formas à existência social. As três foram acadêmicas da Unidade Acadêmica de Psicologia Social e as produções feitas decorreram de suas trajetórias, do diálogo com as teorias histórico-sociais que discutem sobre a construção social do humano. Frente às violências vividas, buscaram ajuda, sobretudo, na Lei Maria da Penha, Lei 11.340/2006, e no atendimento especializado a mulheres, leis decorrentes da Constituição Federal, no e do processo de redemocratização da sociedade brasileira. Duas desenvolveram e desenvolvem o projeto de extensão - PIBEX/UFVJM - *Rede de Proteção à Mulher: rompendo a violência, o silêncio e a invisibilidade*.

Assim, nos trechos abaixo, extraídos das produções acadêmicas, trazemos trabalhos de conclusão de curso, artigo apresentado como relatado de experiência, das nomeadas em coautoria neste artigo. Capturo o processo de identificação das regras sociais aprendidas, do comportamento social do silêncio, da compreensão da violência vivenciada, silenciada, esquecida e que necessitou ser significada para ser enfrentada por meio de denúncia pública do agressor. Atribuí a cada trecho um número (1, 2 e 3), para que o leitor possa identificar os conteúdos narrados e as trajetórias.

As aprendizagens silenciadas no comportamento moral/ tabu. A socialização do ser mulher.

A AUTORIDADE

Em épocas remotas, as mulheres se sentavam na proa das canoas e os homens na popa. As mulheres caçavam e pescavam.

Elas saíam das aldeias e voltavam quando podiam ou queriam. Os homens montavam as choças, preparavam a comida, mantinham acesas as fogueiras contra o frio, cuidavam dos filhos e curtiavam as peles de abrigo. Assim era a vida entre os índios Onas e os Yaganes, na Terra do Fogo, até que um dia os homens mataram todas as mulheres e puseram as máscaras que as mulheres tinham inventado para aterrorizá-las.

Somente as meninas recém-nascidas se salvaram do extermínio.

Enquanto elas cresciam, os assassinos lhes diziam e repetiam que servir aos homens era seu destino. Elas acreditaram. Também acreditaram suas filhas e as filhas de suas filhas. Galeano (2015).

Trecho 1

[...] Escrevendo, me recordei do exato momento em que me dei conta que aos 8 anos, eu havia sofrido violência sexual por parte de um antigo vizinho da cidade que cresci... naquela época, eu estava com 15 anos. Me veio um insight de que todas as noites que eu sonhava com ele, que todas as lembranças que eu queria apagar se resumiam a um “não” silenciado, ignorado e comprado por um pacote de biscoito recheado caro que meus pais nunca comprariam, mas que muitas crianças da escola comiam e faziam inveja. Coisa de criança com ascendente em touro... trocar algo por comida, mas me dar conta de que o que foi trocado foi meu corpo é de arrepiar a espinha e cair num poço de questionamentos e culpa pra quem não tem total conhecimento de si, muito menos do mundo, apesar de sofrer tantas injustiças e opressões, hoje identificadas.

[...] Mais uma vez: julgada e isolada. A família me condenou por ter falado o que eu guardei por 12 anos. Por respeito que me foi ensinado, tive que ouvir da mãe do meu pai - que hoje não consigo chamar de vó, nem faço questão de aproximação - que quase matei o filho dela, que gosto de mulher porque o cara não me pegou de jeito e que aconteceu o que aconteceu porque minha mãe não cuidou de mim direito. A culpa é sempre da mulher e falar mal da minha mãe na minha frente, MEU AMOR, é entrar em pé de guerra. E assim foi. Resultado: quase 5 anos sem diálogo e ameaças de divórcio

por parte do meu pai de um casamento de quase 30 anos pelas 2 filhas não quererem manter vínculos com a família dele.

[...] Um ano e meio se passou e após, finalmente, conseguir uma bolsa na faculdade, mais uma vez. Violência. Mas dessa vez, foi diferente. Tive a tal coragem que tanto li nos sites que falavam de empoderamento e sororidade, porém nos sites não falavam que denunciar é colocar a própria liberdade em jogo. Fumo maconha há uns anos e a planta, a erva, mais conhecida como droga, foi quem me levou à boca do lobo. Me culpei. Fui estuprada por um traficante que não via sentido numa mulher não gostar de homem e que quis provar ser diferenciado.

Trecho 2

[...] Aproveito para ressaltar que desde a minha adolescência, me via como uma garota que almejava se envolver com assuntos relacionados à Mulher, desde um lugar que questiona as imposições que sofremos, simplesmente por nascer com um órgão genital feminino. E isso se confrontou cada vez mais com a minha criação, visto que nasci em berço cristão, que preserva pela mulher recatada e que obedece aos princípios de obedecer aos homens à sua volta, em último caso.

[...] Vivi uma violência sexual por parte de um tio paterno. Viver em uma situação de abuso me propiciou uma experiência de (com absoluta certeza a maioria das vítimas sentem) estar vivendo entre dois paralelos. Eu tinha a ciência de que eu era a vítima da história, principalmente se levado em consideração em que eu não estava sem possibilidade alguma de defesa por estar ébria, mas, ao mesmo tempo, eu me sentia extremamente culpada pelo mesmo motivo. Porque é uma justificativa que vamos dando inconscientemente, justamente pela maneira com que somos ensinadas “não tenha tal tipo de comportamento porque você vai provocar”, ou derivadas.

[...] Fato é que, pela simples e extremamente ciência que eu tinha naquele episódio, procurei por ajuda. Recorri a familiares próximos, e foi onde sofri a minha segunda violência: a omissão.

Trecho 3

O silêncio é a falta de ruídos, o não falar, se silenciar, por inúmeros motivos, algo presente no nosso cotidiano, estar no silêncio, fazer silêncio ou ser silenciado. O silenciamento é uma ferramenta que impõe o silêncio, uma forma de disciplinar o outro, de submeter o indivíduo ao silenciador, podendo ser efetivo ou gerar formas de resistência. As relações de poder se estabelecem (ou se revelam) a partir desse silêncio, fazendo parte da construção dos nossos papéis sociais e as formas como interagimos com o espaço e com o outro. (MATTOS, 2012) Memória 1: Eu tinha uns 10 anos de idade quando me apaixonei pela primeira vez, estava aprendendo a lidar com esse sentimento, mas principalmente, com os meninos. Um dos conselhos de minha mãe foi: “Meninos não gostam de garotas escandalosas, você precisa ser doce, gentil, delicada, falar baixo...”.

Memória 2: Minha prima mais velha era minha referência, eu criança, ela adolescente, imitava tudo que ela fazia, era o máximo. Nunca vou esquecer do dia que nosso tio a pegou beijando outro garoto, um namoradinho do bairro, ele a trouxe pelos cabelos para casa, fez questão de conferir se o zíper de sua calça estava aberto, a fim de atestar sua “integridade”. Eu com as minhas primas menores, escondemos a “cinta” do meu avô, para que nossa prima não sofresse mais ainda, mas não adiantou, ela apanhou. Nesse dia, em meio aos gritos de todo mundo, ela foi quem menos falou, o silêncio que enfiaram goela abaixo nela, eram só lágrimas naquele dia.

[...] Memória 4: Ele abusou de uma mulher. Ele era meu companheiro. Eu não podia ficar calada. Desde então, fiquei conhecida como: DESGRAÇADA.

[...] Memória 5: Ele tirou a própria vida. Os julgamentos vieram de todos os lados. Uns me culpavam pela morte dele, outros não, todos disseram o que queriam sobre o assunto, me colocando sempre enquanto réu. Eu, só pude me manter em silêncio.

[...] Memória 8: Eu me calei completamente, eu me excluí do convívio social, tinha pânico de ir ao supermercado, universidade, bares e mais uma vez encontrar aqueles

olhares para mim. O único lugar que eu estava livre de julgamentos, era na minha casa, a não ser pelas vozes na minha cabeça que gritavam: CULPADA.

O Narrar e o transformar da dor vivida....

Trecho 1

Pelos estudos, tive fé que minha vida podia melhorar. Lutei contra a depressão, luto contra a ansiedade e aos fantasmas do pânico e das visões dos agressores. Trabalho pra não ter medo de fechar os olhos e achar que tem alguém me observando ou querendo me matar. Penso nas crianças e nas mulheres que passam por esses medos todos os dias e penso no que posso fazer. Minha ira, meu medo e minha infelicidade foram meu combustível pra reverter minha situação. Sem casa, com desamparo financeiro do Governo que deveria garantir minha segurança e meus estudos, sem amigos e sem conhecimento da família frente a tudo que havia acontecido, busquei ajuda psicológica e me permiti o perdão a mim mesma. Por ter me culpado, por não ter aceitado quem sou e por ter duvidado de mim mesma mesmo sabendo de todas as verdades quando muitos duvidavam. Hoje sou assistida pela Pró-reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da Universidade Federal da Bahia, participo e luto pela permanência estudantil e pela inserção e permanência dos negros e negras através do Movimento Casas de Estudantes (MCE), finalizo meu bacharelado em Humanidades, almejo mestrado, namoro uma mulher nordestina que me inspira com sua força, me ilumina com sua luz, me preenche com sua bondade e me ama pelo que sou, sigo fumando minha inofensiva erva e fortifiquei meus laços com meus pais, irmãos e amigos. Hoje vivo uma vida sem total liberdade e ainda com traumas, mas buscando ressignificar e acreditar sempre no poder da educação e na luta por igualdade, dignidade, liberdade e justiça.

Reaprendi a andar, reaprendi a viver e lidar com minhas dores, por isso bato no peito e digo: respeitem minha história, minha buceta, meu black e minhas cicatrizes. Não sou obrigada a nada e se tem uma coisa certa nesse mundo é que vai ter mulher, vai ter preta e vai ter sapatão ocupando espaços de poder sim e cês vão ter que nos engolir, mas se

quiserem se juntar, vai ser melhor ainda. Um muitíssimo obrigada a todos que ajudaram a chegar onde cheguei. Os verdadeiros sabem quem são e é a vocês quem dedico minhas conquistas e desejo de esperança nesses tempos de ditadura camuflada. “É na coletividade que encontramos reservatórios de esperança e otimismo”. - Angela Davis.

Trecho 2

[...] Retornei para a minha casa, e sabia no meu interior que na verdade a minha superação estava apenas começando. Assim sendo, coincidiu de nos dias posteriores, me encontrar com a professora Josélia Barroso Queiroz Lima para averiguarmos as possibilidades de iniciarmos o projeto exposto nesse presente relatório, e aquilo bateu como uma resposta à situação pela qual estava passando. Decidi desabafar a respeito do meu caso, tendo total apoio e incentivo para darmos a largada.

Esse contato, somado, ainda, ao ingresso na delegacia e, por sua vez, a apresentação à Delegada de Polícia Kíria Orlandi, alavancaram a minha confiança através do amparo moral e visionário no combate à violência contra a mulher. Acrescida é claro, a participação que me prontifiquei a ter em eventos que condissessem com a mesma ideia (como os exprimidos anteriormente), tornando-se assim a minha força e a busca pela justiça.

[...] avalio que é necessária essa inserção ou busca de levantamentos de dados, em casos envolvendo a cidade de Diamantina, intercalando com as discussões de gênero oferecidas pela Universidade da região. Diamantina, por se tratar de um Município dentro do Vale do Jequitinhonha tem uma trajetória extremamente carente sócio e economicamente falando.

Um contexto geográfico consideravelmente vulnerável, se encontrando no Nordeste do estado de Minas Gerais, ou seja, no sertão. Em condições de exploração das riquezas naturais como é o caso dos diamantes; que deu origem ao nome da própria cidade. O impacto social decorrente disso, reflete enquanto um povo esquecido, e que não recebe quase que nenhum retorno do que tem para a própria comunidade.

Pobreza e desinformação não têm que andar necessariamente juntas, mas a ambivalência entre as duas evidencia-se com certeza em uma sociedade tradicional e que traz em suas raízes um patriarcalismo, que propende a submeter às mulheres a um tratamento deplorável. Seja sexual, físico e mesmo econômico.

Nesse sentido, trazer à tona essas crateras que tornam o povo diamantinense completamente inserido em desigualdades sociais, que se sobressaem num sistema capitalista, é imprescindível ainda, conceber um olhar especial à população feminina, que, nesse caso é, ainda, o maior alvo.

Projetos que oferecem porta de entrada para discussões sociais, ou mesmo saúde pública como a violência doméstica, merecem ser cultuadas pelo senso crítico que permitem. Esse é um grande passo para que as pessoas deem a devida atenção a essa minoria: silenciada e vitimada em aspectos gerais.

Trecho 3

Se você espera que eu diga que esse foi o momento onde eu deixei de me culpar, infelizmente eu irei lhe decepcionar. A não culpa, é algo que me convenço todos os dias, hoje, sem dúvidas, em uma escala muito menor que antes, mas eu sei que esse sentimento vai me acompanhar durante toda a minha vida. Entender que a culpa do suicídio do meu ex-companheiro não era minha, foi um processo que sorrateiramente foi chegando até mim, nas conversas em que eu “praticamente me obrigava” a ter com algumas pessoas, foram me trazendo novas perspectivas, me lembrando dos meus estudos, das construções feitas sobre o feminino, e aos poucos passei a começar a entender a violência que eu havia sofrido e que, de forma invisível, tinha me corroído por dentro.

Quando eu floresci, e entendi que a culpa não era minha (mesmo tendo que me convencer disso todos os dias) entrei em um fluxo de buscar alguma forma de colocar para fora todos aqueles gritos de dentro da minha cabeça, precisava falar com essas

peçoas sobre o silenciamento que eu havia sofrido, GRITAR que eu havia sido silenciada.

A partir disso comecei a me apegar em tudo aquilo que eu gostava e acreditava, busquei dentro da universidade algum projeto ao qual pudesse contemplar essa necessidade de estar junto na luta com outras mulheres que passaram pelo mesmo que eu, foi quando eu encontrei a Rede de Proteção: Rompendo com a Violência, o Silêncio e a Invisibilidade e me tornei monitora do Núcleo Socioeducacional Contra a Violência à Mulher (NÓS), todas as leituras, rodas de conversa, trocas de experiências e vivências me ajudaram e entender a violência pela qual eu havia passado e pensar em maneiras de ressignificar esse silêncio, que por tanto tempo me consumiu. Em consonância a isso, a arte, a qual sempre esteve presente na minha vida, principalmente dentro da universidade, onde faço parte do Laboratório de Montagem Cênica da UFVJM, me mostrou novas saídas, outras formas e dizer aquilo que não podia ser dito, em DESGRAÇADA, vomitar a violência.

Considerações finais...

202

*Triste, louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal*

*A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina*

*Só mesmo, rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem dores
Aceita que tudo deve mudar*

*Grupo Francisco El
Hombre*

No fazer educacional que assumo como função social, política e ética entendo que é preciso mobilizar um consenso social no qual os princípios feministas possam se

tornar princípios de massa, no argumento de que precisamos, como coletivo social, assumir a responsabilidade por uma educação que, reconhecendo séculos de dor, violência, opressão pelo medo, pelo silenciamento, pela religião que naturaliza culpa e pecado como constituintes do ser mulher, possamos nos comprometer com valores que respeitam a vida em sua diversidade, produzindo relações sociais, econômicas e políticas que sejam pautadas no respeito, na igualdade e dignidade da vida. Rompendo com o sistema capitalista/patriarcal/cristão/branco que ainda nos orienta como sociedade colonizada. Se séculos de colonização produziram o silêncio do esquecimento, o acesso a políticas públicas e a inserção de mulheres, negros e índios, tem permitido o narrar, o registrar de outras formas de existência, indicando-nos que podemos criar formas de coexistência.

É na comunidade, no contexto social, que indivíduos/grupos produzem e mantêm a memória, problematizando-a e transformando-a. No ato de narrar, podemos recordar e elaborar o que foi vivido, não vivido, dito e não dito, assim como a memória, o esquecimento é indicativo da vivência social. O não recordar, o não narrar, podem indicar o “congelamento” ou o “seguir adiante” de uma comunidade. No não narrar reificamos o tabu e atualizamos as representações que culpabilizam a mulher por sua condição de ser errante, subordinado ao poder do homem - seja ele personalizado na figura de deus, pai, marido ou Estado. A culpa atribuída ao pecado original - símbolo religioso - naturalizado nas crenças morais ou não, permeia o senso comum dos ditados populares, das piadas, dos chistes, circulando significações por meio de diálogos, mídias, literaturas, redes sociais, etc. Trazer em debate as significações, colocando-as em análise, permite desconstruir as redes de significações esquecidas/aprendidas, mas silenciadas, possibilitando o enfrentamento da dor e o assumir de outras posições sociais.

Segundo Jovchelovitch (2008), quando um passado congela, seja pelo silêncio, seja pela fala a “vida fica sujeita à violência de ‘um passado que não passa’”; quando o passado é compreendido e elaborado “desde a perspectiva renovadora do presente”, a comunidade pode seguir adiante com “a possibilidade de um futuro que não é sustado

pelas correntes de memórias puramente traumáticas”. Adverte-nos, portanto, Jovchelovitch (2008, p. 146): “Seguir adiante é tão importante quanto lembrar e a dialética entre a capacidade de recordar e esquecer (e perdoar) tem muito a ver com a saúde de uma comunidade”. (LIMA, 2013, p. 40)

O processo de ensino e aprendizagem, à medida que discute e permite a compreensão da cultura patriarcal e que lança um olhar sobre o cotidiano social, tem produzido não apenas a reflexão crítica, mas também o descortinar de vivências e dores dos e das estudantes, que compreendendo e significando os contextos sociais, econômicos e culturais nos quais foram socializadas, entendem as relações construídas - sejam elas baseadas na violência ou não.

Percebendo como o cotidiano produz sociabilidades, podem se entender como sujeitos históricos - produtos, mas se percebem como sujeitos produtores da história. Os enfrentamentos vão se revelando como uma necessidade. E temos percebido que por meio da arte, pela via da produção acadêmica, na inserção em projetos como o que temos desenvolvido, têm sido formas de interferir na realidade e produzir outras narrativas. Entendem que a democratização social brasileira, necessariamente, implica o acesso aos direitos sociais e políticos historicamente negados ao povo brasileiro, mas, sobretudo, às mulheres.

Situam as políticas afirmativas, e de reconhecimento, como instrumento de transformação social, fruto de lutas históricas, e assim, entendem que a mobilização social e os enfrentamentos são necessários à edificação de outras e novas relações societárias. Os trabalhos acadêmicos que compõem este artigo são resultado dos acessos de quatro diferentes mulheres às políticas públicas, da docente que constrói o trabalho, uma vez que o concurso público e a docência no ensino superior resultam da política de expansão da universidade pública brasileira, das acadêmicas (negra, branca e parda), que, acessando a universidade pública e se inserindo em projetos de extensão e pesquisa, puderam construir saberes, acessar ativamente as políticas sociais de proteção à mulher. Ressaltamos que as políticas públicas implementadas a partir da Constituição

Federal de 1988, resultaram das lutas sociais pela democratização da sociedade brasileira. No cenário atual, de ataques e perdas dos direitos sociais, faz-se necessário reafirmar que o ato de ler e escrever, de produzir ciência, pode ser parte dos enfrentamentos políticos dos que almejam uma sociedade justa e comprometida com a vida e os coletivos que a tornam- diversa.

Se não trabalharmos para criar um movimento de massa que oferece educação feminista para todo mundo, mulheres e homens, teoria e prática feministas serão sempre enfraquecidas pela informação negativa produzida na maioria das mídias convencionais. (bell hooks, 2019)

Referências Bibliográficas

CARVALHO, José Murilo. **O pecado original da República**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2017.

DAMATTA, Roberto. *A Casa e a Rua*. 5ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FEDERECI, Silvia. **O ponto zero da revolução**. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GALEANO, Eduardo. **Mulheres**. Porto Alegre: L&PM, 2015

GALEANO, Eduardo. **Entre dias de amor e ódio**.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber**: representações, comunidade e cultura. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. (Coleção Psicologia Social).

LIMA, Josélia Barroso Queiroz. **Subjetividade e Religiosidade Católica**: um estudo de caso sobre a história de Sabinópolis. 2003. 165 F, Dissertação(Mestrado em Psicologia). Faculdade de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003

LIMA, Josélia Barroso Queiroz. **Sons do Silêncio:** a relação entre religião católica e educação escolar- um estudo de caso.2013. 265F. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, Paraná. 2013

MONTENEGRO, Fernanda. **Prólogo, ato, epílogo: memórias/** Fernanda Montenegro; com a colaboração de Marta Góes. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras,2019.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais:** Investigações em psicologia social. 7. ed. Tradução do inglês por Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NASCIMENTO, Késia Cristina. **Relatório Técnico de Acompanhamento das Atividades Realizadas Via Projeto de Extensão/PIBEX/ Rede de Proteção à Mulher: rompendo com a violência, o silêncio e a invisibilidade.** Delegacia de Atendimento às Mulheres –Diamantina/MINAS GERAIS. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade Interdisciplinar em Humanidades. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina. MG. 2019.

OLIVEIRA, Tairine Duarte. **À Luta Feminista.SINTEGRA/** Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina/MG. 2019.

SAFFIOTI, H.B.I. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo 2004.

SOUZA, Franciele Ferreira de. **A Desgraçada modos de (r)existência.** Uma abordagem performática. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade Interdisciplinar em Humanidades. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina/MG. 2019

Title: Silent Architecture of Violence: reflections on naturalization processes that fuels violence

Abstract: The article aims to reflect and document part of the educational process building in the curricular units, Social Psychology and Educational Policies as it focuses on the denaturalization of everyday thinking and opens the perspective of narratives that were silenced to be narrated, discussed, transformed into public actions in the inside of the Federal University of Valleys of Jequitinhonha and Mucuri -UFVJM and the outside of it. It aims to analyze how in the denaturalization of social daily life, we highlight the Silent Architecture of Violence built by taboo. The article results from the teaching work and the trajectory as a course coordinator, researcher and responsible for the extension work Network for the Protection of Women: breaking violence, silence and invisibility. In it, I focus on three educational works, by three academics, women, two black, one white, who shared sexual and symbolic violence in common. They managed to break the silence and in the laboratory promoted by pain, different forms of coping emerged that led them to the condition of subject-of-themselves. In naming it: Silent

Architecture of Violence, I assume the posture of discussing how the taboo has been the structuring element that keeps the symbolic and ritualistic naturalization of culture silenced and fueled, which reifies the internalized patriarchal hierarchy.

Keywords: Socialization. Architecture. Taboo. Violence. Stand up to.

Título: Arquitectura silenciosa de la violencia: reflexiones sobre los procesos de naturalización que retroalimentan la violencia

El artículo tiene como objetivo reflejar y documentar parte del proceso educativo que se desarrolla en las unidades curriculares, Psicología Social y Políticas Educativas, ya que se enfoca en la desnaturalización del pensamiento cotidiano y abre la perspectiva de narraciones que han sido silenciadas para ser narradas, discutidas, transformadas en acciones públicas en dentro de la Universidad Federal de los Valles de Jequitinhonha y Mucuri -UFVJM y fuera de ella. Su objetivo es analizar cómo, en la desnaturalización de la vida social diaria, destacamos la Arquitectura silenciosa de la violencia construida por tabú. El artículo es el resultado del trabajo docente y la trayectoria como coordinadora del curso, investigadora y responsable del trabajo de extensión Red para la Protección de la Mujer: romper la violencia, el silencio y la invisibilidad. En él, me concentro en tres trabajos educativos, de tres académicos, mujeres, dos negros, uno blanco, que compartían violencia sexual y simbólica en común. Se las arreglaron para romper el silencio y en el laboratorio promovido por el dolor, surgieron diferentes formas de afrontamiento que condujeron a la condición de sujeto a sí mismo. Al nombrarlo: Arquitectura silenciosa de la violencia, asumo la postura de discutir cómo el tabú ha sido el elemento estructurante que mantiene la naturalización simbólica y ritualista de la cultura silenciada y realimentada, lo que reifica la jerarquía patriarcal internalizada.

Palabras clave: Socialización. Arquitectura. Tabú. Violencia. Afrontamiento.

Recebido: 12/06/2020

Aceito: 21/03/2021